

# Brasil só acerta dívida após Colégio

Galvêas diz que acordo com credores externos espera pela eleição

JUREMA BAESSE  
Enviado Especial

Salvador — Coincidência ou não, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, anunciou ontem que os contratos com os banqueiros relativos à nova fase de renegociação da dívida externa só serão assinados depois de dia 15 de janeiro, ou seja, depois que já for conhecido formalmente o novo presidente da República.

Galvêas, que participou, ontem, do painel sobre a inflação no XV Congresso Nacional de Bancos, admitiu que as negociações com os banqueiros só serão fechadas em dezembro, "quando estiver concluído o trabalho técnico da missão do FMI que está no Brasil estabelecendo a programação para 85". Mas ressaltou, no entanto, "que isso não significa que neste período o FMI já tenha recebido o relatório sobre a missão e já o tenha aprovado" e acrescentou: "São coisas que vão caminhar paralelas, e evidentemente os banqueiros levarão em consideração o programa que nós discutimos e acertamos com o Fundo para o próximo ano".

Segundo esclareceu o ministro da Fazenda, só na próxima reunião com os banqueiros, em meados de dezembro, é que o Brasil irá apresentar a sua proposta de renegociação bem detalhada. "Só nessa reunião — disse ele — é que nós vamos levar ao Comitê

Assessor o trabalho sobre os dados que nós temos, para verificar por quanto anos será possível fazer este reescalamento, e vamos levar uma argumentação técnica sobre o fluxo de recursos no balanço de pagamentos do próximo ano, para assim mostramos que não vamos precisar de dinheiro novo dos bancos comerciais no próximo ano".

"Os bancos já sabem — assinalou Galvêas — que o Brasil tem uma proposta plurianual de pagamento e tem uma proposta de redução dos encargos financeiros da dívida. A proposta com prazo expresso ainda não tem", reafirmou. "O que temos são documentos estatísticos que indicam a distribuição de pagamentos, que seria melhor para o Brasil de acordo com o perfil da nossa dívida".

## RECEPTIVIDADE:

Em meio à entrevista e

com pouco destaque, o ministro Galvêas deixou escapar que os banqueiros não estão tão receptivos com a proposta brasileira, como colocou o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, neste mesmo Congresso de Bancos, na quarta-feira. Ao ser indagado sobre o que estava faltando para o Brasil entregar a sua proposta formal, ele respondeu: "Primeiro, falta a receptividade total do sistema para a idéia de um reescalamento plurianual".

O ministro Galvêas considerou, ontem, bastante razoável, que o Brasil acerte com o FMI, na nova programação que está sendo montada, que o superávit operacional do setor público (descontada a inflação) seja elevado de 0,5% do PIB — obtido neste ano — para 1,5%, a ser obtido em 85.